



Uma virada conservadora: pânico moral, mídias digitais, (des)ilusões e (des)afetos no Brasil dos anos 2010

A conservative turn: moral panic, digital media, (dis) illusions and (dis) affects in Brazil of the 2010s

■ Anna Paula Vencato; Regina Stela Corrêa Vieira

Resumo

A década de 2010 no Brasil marcou o início de uma virada conservadora na esfera política e nas relações familiares, que culminou no crescimento do apoio e ascensão ao poder de setores reacionários. As questões de gênero e sexualidades e as políticas públicas voltadas às minorias sociais, que foram ampliadas ainda que de forma tímida nos governos anteriores, passaram a ser alvo de discursos de ódio, que espalharam desinformação e *fake news*. A pauta dos Direitos Humanos foi deturpada e o pânico moral passou a ser instrumento dos grupos conservadores para obter apoio político. O presente artigo abordará essa problemática, analisando casos como o “kit gay” para escolas públicas, a “mamadeira de piroca” e seus desdobramentos nas eleições de 2018.

Palavras-chave

Direitos Humanos; gênero; sexualidades; virada conservadora; pânico moral.

Abstract

The 2010s in Brazil has marked the beginning of a conservative turn in the political sphere and in family relations, culminating in a larger support and rise to power of reactionary sectors. Gender and sexuality issues and public policies aimed at social minorities, which were broadly but shyly expanded in previous governments, became the target of hate speech, which spread misinformation and fake news. The human rights agenda was misrepresented and moral panic became an instrument of conservative groups for political support. This article aims to address this issue by examining cases such as the "gay kit" for public schools, the "mamadeira de piroca" ("penis baby bottle") and its developments in the 2018 elections.

Keywords

Human Rights; gender; sexualities; conservative turn; moral panic.

Introdução

O século XXI parece flertar, contraditoriamente, com a esperança de um futuro melhor e a desesperança de tempos de incerteza, em que estão em cheque as bases da sociedade e do planeta como conhecemos, em face ao esgotamento do modelo econômico, desequilíbrio ambiental e tecnologias que concorrem com o ser humano e desagregam espaços coletivos de convivência. No Brasil, se os anos 2000 foram palco da vitória de programas de governo que punham em diálogo interesses econômicos e populares, a partir de 2016, com o golpe que tirou Dilma Rousseff do poder, a onda de retrocesso não poupou a pátria amada.

A esperança por um Brasil melhor, com menor desigualdade e mais oportunidades tem se desmanchado dia após dia. Uma série de reformas sociais foram colocadas em movimento, incluindo a trabalhista e a previdenciária, e a política econômica tem sido de contingenciamento de gastos públicos, o que impede investimento em setores básicos e estruturais – i.e. Emenda Constitucional 95/2016 e o bloqueio orçamentário de 30% na educação superior e técnica. Além disso, o país presencia uma guinada ao conservadorismo, com uma onda crescente de ódio propagada por correligionários do atual presidente de República, Jair Bolsonaro, que pregam desde um anticomunismo antiquado até o fim da “ideologia de gênero”.

Diante desse mote, caímos necessariamente no debate dos direitos humanos, em especial gênero e sexualidades, e na incapacidade de no Brasil firmarmos narrativas históricas sobre a construção direitos e garantias fundamentais. Essas narrativas estão sendo recontadas por perspectivas obscurantistas, estando pautadas no alastramento do que se poderia chamar de *pânico moral*. Conforme Richard Miskolci,

“O conceito de pânico moral permite lidar com processos sociais marcados pelo temor e pela pressão por mudança social. Este conceito se associa a outros de muitas áreas como desvio, crime, comportamento coletivo, problemas e movimentos sociais, pois permite esclarecer os contornos e as fronteiras morais da sociedade em que ocorrem. Sobretudo, eles demonstram que o grau de dissenso (ou diversidade) que é tolerado socialmente tem limites em constante reavaliação”¹ (2007, p. 112).

¹ Para Miskolci poder-se-ia criticar o uso do termo pânico, uma vez que busca explicar um fenômeno social remetendo-se a sentimentos ou atos irracionais. Por outro lado, justifica-se por se tratar de um fenômeno distinto daquele causado, por exemplo, de crises econômicas. Assim, “o foco no ‘medo’ enfatiza como as reações a comportamentos não-convencionais não surgem sempre por meio de julgamentos realistas e ponderados a respeito das consequências coletivas

Dessa forma, trataremos aqui de discursos socialmente construídos ao longo da última década, conflitantes na sociedade brasileira, em que pautas relacionadas à proteção e inclusão de minorias políticas² ou de defesa dos direitos humanos sofrem questionamentos e enfrentamento por parte de determinados setores sociais compreendidos como conservadores (e que se reivindicam como tal).

Para pensar a questão dos discursos nos inspiramos em Foucault (2012), quando nos diz que estes não são uma cópia exata, mas uma representação culturalmente construída pela realidade. Para o autor, “(...) em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (2012, p. 8-9). Assim, o discurso confere materialidade a determinado imaginário social (e não outros), uma vez que diz respeito, em última instância, ao poder e ao controle.

Em termos metodológicos, foi utilizada revisão bibliográfica de autores de diversos campos das Ciências Humanas que debatem as questões relativas ao discurso do ódio, opressão de gênero e LGBTfobia³, bem como temáticas de política nacional e debates sobre as alterações jurídicas encaminhadas desde 2016. Somou-se a análise documental de matérias jornalísticas e documentos oficiais do Governo Federal, coletadas como amostra da hipótese aqui desenvolvida.

Pânico moral em face às questões de gênero e sexualidades

O início de um debate público mais organizado e amplo contra a igualdade de gênero e os direitos sexuais e reprodutivos como políticas de Estado no Brasil estabeleceu-se em razão do Programa Escola sem Homofobia, em 2011. Este programa, que previa a elaboração de material didático a ser distribuído nas escolas com o intuito de combater a homofobia, estava vinculado à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação (SECADI/MEC). Era supervisionado pela *Global Alliance for LBGT Education*, da

de estilos de vida particulares. A reação social a um fenômeno aparentemente perigoso surge tanto do perigo real quanto do temor de que ele ameace posições, interesses, ideologias e valores”. (2007, p. 112).

²Minorias em termos de representatividade, vale lembrar, muitas vezes não se configuram em minorias numéricas, por exemplo no caso da divisão entre pessoas brancas e não brancas no Brasil, ou no número de mulheres comparado ao número de homens. Outro índice que exemplifica bem essa questão é a maior representatividade social de ricos sobre não-ricos (inclusive, em não-ricos, pessoas oriundas das classes médias).

³ LGBT é um acrônimo para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Mais recentemente, o movimento adotou a sigla LGBTQI+, incluindo *queers*, intersexuais e demais identidades dissidentes. Optamos por utilizar a sigla reduzida, por ser ela a utilizada como alvo do discurso conservador aqui abordado.

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (GALE/UNESCO), e pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, e executado pela Comunicação em Sexualidade – ECOS, em parceria com a *Pathfinder* Brasil e a Reprolatina - Soluções Inovadoras em Saúde Sexual e Reprodutiva (Oliveira Júnior & Maio, 2017).

“Apelidado pejorativamente de ‘kit gay’, este material pedagógico de combate à homofobia no ambiente escolar tornou-se o alvo maior das críticas ao Programa Escola sem Homofobia, em especial, oriundas da chamada ‘bancada evangélica’ e de parlamentares conservadores e ultraconservadores, entre os quais se destacaram os discursos inflamados e amplamente difundidos pela mídia e redes sociais do deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ), os quais acusava, que o conteúdo do kit faria ‘apologia ao homossexualismo e à promiscuidade’” (DESLANDES, 2015, p. 50).

A distribuição do material foi oficialmente vetada pela então Presidenta da República, Dilma Rousseff. O Ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, pronunciou-se à época, após se reunir com as bancadas evangélica, católica e da família, afirmando que:

“O governo entendeu que seria prudente não editar esse material que está sendo preparado no MEC. A presidente decidiu, portanto, a suspensão desse material, assim como de um vídeo que foi produzido por uma ONG - não foi produzido pelo MEC - a partir de uma emenda parlamentar enviada ao MEC” (PASSARINHO, 2011).

Ainda neste pronunciamento, Carvalho afirmou que o Governo Federal passaria a realizar consultas públicas sobre temas relacionados a “costumes”, mesmo que a decisão não se tratasse de um recuo do governo no combate à homofobia. Nas palavras do Ministro, “Não se trata de recuo. Se trata de um processo de consulta que o governo passará a fazer, como faz em outros temas também, porque isso é parte vigente da democracia” (PASSARINHO, 2011).

A esta declaração soma-se outra, da então Presidenta da República, em que afirmava que embora não tivesse assistido a todos os vídeos do material, não concordava com o conteúdo do trecho que fora veiculado na mídia⁴. Disse ainda que “O governo defende a educação e também a luta contra práticas homofóbicas. No entanto, não vai ser permitido a nenhum órgão do governo fazer propaganda de opções sexuais” (DAMÉ, 2011).

Não vamos nos aprofundar aqui no debate sobre a proibição do material anti-homofobia que nem mesmo foi distribuído nas escolas⁵. O que nos interessa é que ele acabou por ser reconhecido,

⁴ O conteúdo dos vídeos veiculados pela imprensa que integrariam o “kit anti-homofobia” contavam três histórias que se passavam na escola, com adolescentes: uma sobre o namoro entre duas garotas, outra sobre transexualidade e outra sobre bissexualidade. Maiores detalhes, cfr.: <https://oglobo.globo.com/politica/confira-os-videos-que-poderiam-ser-incluidos-no-kit-anti-homofobia-2765051>

⁵Sobre este debate, ver as análises de Fernandes (2011a, 2011b) e Oliveira Júnior & Maio (2017).

algum tempo depois, como uma espécie de divisor de águas nas políticas públicas brasileiras que concernem o direito às diferenças. Na conjuntura política da época, este episódio, se não marca o início de uma ofensiva conservadora, que acarreta diversos debates na sociedade brasileira contrários à pauta dos direitos sexuais e reprodutivos, às questões de gênero, e às temáticas tidas como “progressistas”, ao menos acirra disputas até então mais brandas que apontavam para este sentido (QUADROS e MADEIRA, 2018).

Muitos desses debates ocorreram no âmbito do Congresso Nacional, puxados por parlamentares conhecidos como da “Bancada BBB” ou “Bíblia Boi e Bala”, em referência às bancadas evangélica, do agronegócio e armamentista, formadas para articulação legislativa em prol de interesses de seus grupos. Embora esses Parlamentares não se constituam como um grupo homogêneo, é possível afirmar que:

“[...] o mote a partir do qual lideranças relevantes passaram a reivindicar abertamente a identidade de direita não foi o liberalismo econômico que emergiu na década de 1990 (com presença importante na agenda política desde o governo Collor e das privatizações ocorridas sob Fernando Henrique Cardoso), mas o conservadorismo envolvendo questões morais e os apelos de repressão à criminalidade, que ganharam volume a partir de 2010, englobando duas vertentes distintas, mas complementares: a religiosa e a laica” (QUADROS e MADEIRA, 2018, p. 516).

Ainda, conforme esses autores, evidencia-se que “[...]a mobilização dessas categorias é muito mais reativado que proativa (configurando aqui mais uma das principais características do conservadorismo), e se dá em função de avanços ‘intoleráveis’ em algumas das ‘pauta progressistas’ no Executivo, no Legislativo e no Judiciário”(QUADROS e MADEIRA 2018, p. 516).

Nesse contexto, entram em cena um conjunto de ações que buscam evitar a ampliação de direitos LGBT e a descriminalização do aborto, ao mesmo tempo em que buscam o recrudescimento da legislação penal no país. A esse conjunto de ações também se soma o esforço da construção de uma identidade desse grupo de parlamentares como “de direita”, a ser utilizada como instrumento de ganho de votos nos processos eleitorais. A partir dos valores que norteiam o conservadorismo, esses deputados opõem-se frontalmente à pauta dos direitos humanos, reagindo contra uma “ameaça” oriunda de projetos identificados com a esquerda, como a igualdade e a retificação social (QUADROS e MADEIRA, 2018).

Por meio de posicionamentos conservadores de parlamentares, lideranças religiosas e alguns outros personagens com voz ativa nos veículos de comunicação, paulatinamente constrói-se um cenário em que os direitos das minorias sociais, ainda em processo de construção e conquista, passam a ser questionados e atacados por discursos públicos que se contrapõem a certa noção de direitos humanos, igualdade e justiça social. Tais discursos podem ser traduzidos em expressões atualmente

correntes, como “direitos humanos para humanos direitos”. Exemplifica esses movimentos no país a projeção e força conquistada pelo movimento “Escola sem Partido” (idealizado em 2004, pelo advogado Miguel Nagib) e pela ofensiva contra o que se convencionou chamar de “ideologia de Gênero”, pautada pela Igreja Católica e abraçada pelas igrejas protestantes, especialmente neopentecostais.⁶

Conforme Rogério Junqueira (2018, p. 451), ofensivas como essas engajam “setores e grupos interessados em promover uma agenda política moralmente regressiva, especialmente (mas não apenas) orientada a conter ou anular avanços e transformações em relação a gênero, sexo e sexualidade”. O autor complementa, afirmando que:

“Na esteira dessas investidas, constroem-se discursos inflamados com vistas a produzir ou a alimentar *pânico moral*⁷ (Cohen, 1972, 2011), por meio de estratégias político-discursivas voltadas a arregimentar a sociedade em uma batalha em defesa da “família tradicional”. Essa cruzada implica intensa mobilização política e discursiva em favor da reafirmação das hierarquias sexuais, de uma assim dita “primazia dos pais na formação moral e sexual dos filhos”, da retirada da educação para a sexualidade nas escolas, da restrição ao acesso de adolescentes a informações sobre saúde sexual, do rechaço a arranjos familiares não heteronormativos, da repatologização das homossexualidades e transgeneridades, entre outros posicionamentos que representam cerceamentos a direitos e garantias fundamentais” (JUNQUEIRA, 2018, p. 451).

Com isso, assiste-se à negação dos direitos sexuais como direitos humanos, ao combate contra perspectivas que defendem a igualdade de gênero e à re legitimação de “visões de mundo, valores, instituições e sistemas de crenças pautados em marcos morais, religiosos, intransigentes e autoritários” (JUNQUEIRA, 2018, p. 451). Caso emblemático que envolve pânico moral relacionado ao gênero e às sexualidades foram as eleições presidenciais de 2018.

O pleito presidencial brasileiro, a exemplo do que ocorrera nos Estados Unidos em 2016 (OLIVEIRA KALIL, 2018), foi permeado por campanhas polêmicas e com intenção de causar pânico

⁶ Há uma recente produção bibliográfica que versa sobre o “Escola sem Partido” e o debate da “Ideologia de Gênero” no Brasil. Para fins da redação deste artigo nos utilizamos de Frigotto (2017); Junqueira (2017, 2018); Mattos (2018); Rios & Resadori (2018); Vencato, Silva & Alvarenga (2018).

⁷ Conforme Stanley Cohen (1972, p. 9), o pânico moral refere-se a “uma condição, um episódio, uma pessoa ou um grupo de pessoas passa a ser definido como um perigo para valores e interesses societários; sua natureza é apresentada de uma forma estilizada e estereotipada pela mídia de massa; as barricadas morais são preenchidas por editores, bispos, políticos e outras pessoas de Direita; especialistas socialmente aceitos pronunciam seus diagnósticos e soluções; recorre-se a formas de enfrentamento ou desenvolvem-nas. Então a condição desaparece, submerge ou deteriora e se torna mais visível. Algumas vezes, o objeto do pânico é absolutamente novo e outras vezes é algo que existia há muito tempo, mas repentinamente ganha notoriedade. Algumas vezes o pânico passa e é esquecido, exceto no folclore e na memória coletiva. Outras vezes ele tem repercussões mais sérias e duradouras e pode produzir mudanças tais como aquelas em política legal e social ou até mesmo na forma como a sociedade se compreende” (*apud* MISKOLCI, 2007, p. 111).

moral, impulsionado pelo uso das “*fake news*”⁸ viralizadas⁹ pelas das mídias digitais – com respaldo das mídias tradicionais e veículos jornalísticos da televisão, rádio e/ou impressos, que também traziam para seu público estes debates, mesmo quando buscavam “desconstruir” notícias falsas.

Importa lembrar que, no caso das mídias digitais, as “notícias falsas” circulavam amplamente nas redes por vezes como uma verdade que deveria causar indignação a quem a recebesse, outras vezes como uma mentira a ser combatida ou esclarecida. Nos dois casos, a notícia ganhava notoriedade e ampliava seu alcance, fazendo da denúncia mesma um instrumento de sua divulgação. Conforme Oliveira Kalil:

“Ao observar a atuação política tanto do campo mais conservador quanto do campo mais progressista, um dado importante é o de que a extrema direita, no Brasil, tem feito das manifestações de rua uma espécie de ‘laboratório de experimentação’, um campo de testes para colocar à prova uma nova forma de comunicação e, conseqüentemente, de se fazer política. Assim, trata-se de um fenômeno que ocorre na internet, mas que é parte de uma articulação entre as ruas e as redes sociais. (...)” (2018, p. 6).

Um dos temas mais difundidos na ocasião da eleição presidencial de 2018¹⁰ dizia respeito às “mamadeiras eróticas”¹¹, supostamente distribuídas pelo então candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), Fernando Haddad. A origem desta notícia deu-se a partir de um vídeo publicado por um “pai indignado”, no qual via-se apenas sua mão segurando uma mamadeira cujo bico de borracha, em forma de aparelho sexual masculino (pênis e saco escrotal), era preso à garrafa por um anel de fechamento com rosca cor-de-rosa claro. No vídeo informava-se que a mamadeira havia sido distribuída pelo PT nas creches de um município não informado, com o intuito de “combater a homofobia”. O cidadão indignado, protagonista e narrador das imagens, também conclamava sua audiência a prezar para que se deixassem os meninos continuarem meninos e as meninas continuarem meninas.

⁸ Para uma análise sobre as “fake news”, ou a disseminação de boatos, notícias falsas, histórias fabricadas, etc., e seus impactos nas mídias digitais, jornalismo e sociedade, ver Delmazo & Valente (2018).

⁹ De acordo com Torres, “[...] emprestado da biologia, o termo viralização remete a algo que se espalha de maneira contagiosa, infectando e se disseminando na internet”. (2016, p. 60).

¹⁰ Conforme Oliveira Kalil (2018), os dados de sua pesquisa sobre o perfil do eleitorado do atual presidente Jair Bolsonaro, ainda no âmbito do primeiro turno do pleito em que se elegeu, revelava que o perfil deste era composto de uma multiplicidade no padrão de eleitores e, sobretudo, a estratégia de comunicação do então candidato “(...) se baseou em segmentar as informações para os diferentes perfis de potenciais eleitores” (2018, p. 6). A mesma estratégia se manteve na disputa do segundo turno.

¹¹ Apelidadas de “mamadeiras de piroca”.

O referido vídeo teve quase cinco milhões de visualização, de acordo com a página da internet “O antagonista”, auto-identificada como “de direita” (MAINARDI e SABINO, 2019), em matéria intitulada “A mamadeira de Haddad”¹². Nela informava-se, em um texto rápido, que a campanha de Haddad havia derrubado na Justiça Eleitoral essa *fake news*.

Concomitantemente à “mamadeira”, outra *fake news* da época da campanha eleitoral que circulou pelas mídias digitais foi um *meme*¹³ com a foto de Fernando Haddad ao fundo sobrescrita com o texto "Ao completar cinco anos de idade, a criança passa a ser propriedade do Estado! Cabe a nós decidir se menino será menina e vice-versa! Aos pais cabe acatar nossa decisão respeitosamente! Sabemos o que é melhor para as crianças!" (SCHULTZ e VELASCO, 2018). Além do pânico moral aqui se aciona a pauta do estado mínimo, que posteriormente, nas medidas tomadas pelo já empossado governo Bolsonaro, mostrou-se não apenas neoliberal, mas anarco-capitalista, no sentido de aniquilar toda e qualquer regulação da economia advinda do Estado (CFR. BERCOVICI, 2019).

O avançar do mandato, aliás, sem oposição política que seja forte o suficiente para deter os interesses econômicos representados por este governo, o discurso veiculado por Jair Bolsonaro tem-se tornado mais opressivo, segregador e violento contra o “Outro” (Cfr. MBEMBÉ, 2016; BUTLER, 2003) ou o “anormal” (RUBIN, 1984). Isso é verbalizado pelo atual Presidente da República quando ataca o que identifica como oposição, chamados de “turma vermelha” ou “comunistas”, e as populações que para ele representam afrontas à família tradicional cis-heteronormativa, em especial feministas e LGBTs¹⁴.

É possível identificar nos discursos conservadores exemplificados, e também nas *fake news* que os impulsionam, uma reconstrução das intenções do que os movimentos sociais pleiteavam ou pretendiam fazer, sustentada pela aplicação de uma agenda econômica totalmente voltada aos interesses do capital financeiro. Assim, a pressão dos movimentos por um Estado que incorpore as lutas por igualdade e que tenha abertura¹⁵ para a inclusão de minorias sociais nas políticas públicas gera reações na sociedade e na classe política. A esse respeito:

¹² Matéria de 06/10/2018 - <https://www.oantagonista.com/brasil/mamadeira-de-haddad/>

¹³ “No contexto da internet, meme é uma mensagem quase sempre de tom jocoso ou irônico que pode ou não ser acompanhada por uma imagem ou vídeo e que é intensamente compartilhada por usuários nas mídias sociais.” (Torres, 2016, p. 60).

¹⁴ Bolsonaro, por exemplo, afirmou em discurso ao vivo nas suas redes sociais, dia 14 de agosto de 2019, que “O cocô é essa raça de corrupto e comunista, Nas próximas eleições, nós vamos varrer essa turma vermelha do Brasil”. <https://exame.abril.com.br/brasil/vamos-acabar-com-o-coco-que-sao-corruptos-e-comunistas-diz-bolsonaro/>

¹⁵ Embora não seja o objeto deste texto, vale dizer que algumas pautas, em especial as que envolviam direitos sexuais e reprodutivos, também encontravam resistência dentro de setores “mais conservadores” da própria “esquerda”, então Governo. Nesse sentido, vale a pena retomar as análises de Balieiro (2018), Deslandes (2015), Junqueira (2017, 2018),

“A oposição a tal agenda de direitos humanos se efetuou a partir de um recurso discursivo estratégico: uma mudança na chave interpretativa na qual a expansão de direitos à população LGBT contida nas iniciativas governamentais era concebida como uma ameaça às crianças. No lugar de se apresentarem como contrários à equiparação de direitos, os agentes do pânico moral se mostraram como defensores dos direitos das crianças, enquanto seus adversários foram transformados em inimigos com presumidas intenções ocultas que ameaçariam as bases da sociedade. A transformação interpretativa, levada a cabo pelos agentes que dispararam o pânico moral, obliterou posicionamentos de fundo preconceituoso que, quando explícitos, poderiam desqualificar sua fala. A construção da ameaça às crianças revelou-se de intenso apelo à opinião pública, recebendo publicidade e tomando caráter passional, com consequências efetivas ao barrar iniciativas de combate à homofobia ou de respeito à diversidade sexual” (BALIEIRO, 2018, p. 4-5).

Nesse interim, gênero e sexualidade foram colocados em pauta na arena pública, mas não no sentido da elaboração de instrumentos para a efetivação do postulado “todos os seres humanos nascem livres em dignidade e direitos” (ONU, 1948), conforme reivindicavam os movimentos sociais e visavam algumas políticas de Estado e/ou Governo¹⁶. Sobretudo com o uso massivo das mídias digitais, abriu-se a possibilidade de que essa narrativa, de repente, fosse transformada em outra, que afirmava que a ideia de igualdade era apenas uma tentativa de “assexuar” ou “hipersexualizar” crianças indefesas.

(Des)Afetos e a ofensiva contra os Direitos Humanos

A escola tornou-se, então, palco central dessa disputa, no qual professores e professoras ditos de “esquerda” eram acusados por cumprir “ordens” do governo “de esquerda” (como ficou identificado o PT nesses discursos) de inculcar seus valores em crianças e adolescentes indefesos/as (e também sem capacidade crítica, presumimos) através de uma “doutrinação”. O movimento mais reconhecido que se fortalece dentro desse debate foi o “Escola sem Partido”¹⁷, que conseguiu,

Mattos (2018), Oliveira Júnior & Maio (2017), Quadros & Madeira (2018), Vencato (2017), Vencato, Silva & Alvarenga (2018).

¹⁶ Vale aqui a menção, na esfera municipal, da criação do Programa Transcidadania pela Prefeitura de São Paulo, gestão Fernando Haddad (PT). Não localizamos pesquisas que comprovem a relação entre as *fake news* relacionadas à “mamadeira de piroca” e o programa de escolarização e inclusão de travestis no mercado formal de trabalho em São Paulo, mas acreditamos que o fato de esta política ter sido elaborada no governo Haddad tenha alimentado as notícias falsas.

¹⁷ O Escola sem Partido tem origem em meados de 2004, mas ganha notoriedade bem mais recentemente, impulsionado pela pauta contra a “ideologia de gênero” e o processo de impeachment da Presidenta Dilma Roussef (Frigotto, 2017, Vencato, Silva & Alvarenga, 2018). Recentemente, seu coordenador nacional, Miguel Nagib, anunciou a suspensão deste programa para o dia 01 de agosto de 2019, criticando ainda a falta de apoio que esperava do Presidente Jair Bolsonaro ao projeto (Ferreira, 2019). Contudo, o movimento “Professores contra o Escola sem Partido” reagiu em suas redes sociais a

inclusive, levar o Congresso Nacional um projeto de lei de mesmo nome, no qual consta a seguinte justificativa:

“É fato notório que professores e autores de livros didáticos vêm-se utilizando de suas aulas e de suas obras para tentar obter a adesão dos estudantes a determinadas correntes políticas e ideológicas; e para fazer com que eles adotem padrões de julgamento e de conduta moral – especialmente moral sexual – incompatíveis com os que lhes são ensinados por seus pais ou responsáveis. Diante dessa realidade – conhecida por experiência direta de todos os que passaram pelo sistema de ensino nos últimos 20 ou 30 anos –, entendemos que é necessário e urgente adotar medidas eficazes para prevenir a prática da doutrinação política e ideológica nas escolas, e a usurpação do direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções” (PL 867, 2015, Câmara dos Deputados).¹⁸

É importante salientar que a internet, em especial os serviços de redes sociais, têm grande protagonismo na divulgação deste pânico moral. Em diversos momentos, as mídias tradicionais no país também se apropriam de discursos conservadores e valores tradicionalistas e passam a combater o Governo. Isso se dá, principalmente, por meio de artigos de opinião e “colunas”, mas não deixa de ganhar por vezes editoriais de grandes jornais e revistas no país quando tratam de direitos sociais e, especialmente, da pauta dos direitos humanos. Não é incomum encontrar nos veículos jornalísticos nacionais exemplos de violação de direitos humanos, como os casos em que suspeitos de crimes são expostos (nominalmente ou através da veiculação de suas imagens) como culpados antes mesmo de passarem por uma investigação e condenação pelo sistema judiciário, como preconiza a legislação vigente.

No caso do discurso sobre a “ideologia de gênero”, é comum ver jornais e revistas empregarem este neologismo como sinônimo de “teoria de gênero” ou “estudos de gênero”. Ainda, o espaço da mídia tradicional brasileira, desde que o embate acerca da “ideologia de gênero” se iniciou em meados de 2014 no Brasil, tem privilegiado as falas dos setores conservadores, que se contrapõem à ideia de gênero como uma construção social e no que diz respeito às formas como masculinidades e feminilidades são engendradas e se engendam em diferentes culturas ao redor do mundo.

esta notícia, lembrando que mesmo que o Escola sem Partido não continue suas atividades, seu legado permanece vivo na sociedade brasileira e precisa ser enfrentado em prol de uma educação que se garanta democrática (@profscontraoesp, Instagram, 18 de julho de 2019).

¹⁸ O PL 867/20015 está hoje pensado ao PL 7180/2014, que possui proposta semelhante de “Incluir entre os princípios do ensino o respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, dando precedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa”. Cfr: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1050668>

Se não reproduziu por completo o discurso conservador, a mídia tampouco contribuiu para esclarecer dúvidas deixadas nas entrelinhas de falas que atacavam, por exemplo, defensores de direitos humanos.¹⁹ Isso permitiu que chegássemos à metade do primeiro ano de governo Bolsonaro sem que ele precisasse, enquanto chefe de Estado, rever ou, ao menos, conter os ataques proferidos a quem pensa diferente dele. Aliás, nem mesmo fundamentos básicos do Estado Democrático de Direito (art. 1º da Constituição de 1988) parecem ser respeitados. Em discurso de agosto de 2019 em evento evangélico, Bolsonaro afirmou que “as leis existem para proteger maiorias” e não podem ferir seus princípios. Essa maioria, segundo o próprio presidente, seria cristã, motivo pelo qual ele iria “respeitar a inocência as crianças” em face da “ideologia de gênero”, que seria “coisa do capeta” (SOARES e GULLINO, 2019).

Assistimos, assim, à construção de uma sociedade composta por auto-verdades, como denominado por Eliane Brum (2018), formada por discursos de ódio e *fake news* mal esclarecidas, que abrem brechas para que a História não apenas possa ser recontada pelo ponto de vista dos “vencedores”, mas apagada e reescrita a partir da negação da racionalidade, do alastramento do medo e da força de interesses político-religiosos.

Para compreender a aqui denominada “virada conservadora” da política nacional, é preciso lembrarmos que, nos últimos anos, houve o alastramento e ampliação da força de movimentos com pautas identitárias, reivindicando igualdade e respeito às diferenças, somado à atuação de instituições como a Organização das Nações Unidas e à abertura dada a tais pautas pelos governos petistas. Isso gerou uma onda de ganhos sociais, embora tímidos, que passaram a figurar no cenário político e social brasileiro (BENTO, 2018).

Berenice Bento (2018) explica que, com a emergência dos direitos das minorias sociais (em especial relativas ao gênero e às sexualidades, mas não apenas), também entram em cena outros discursos, pautados numa ideia de falta ou de perda de espaço/direitos pelos setores conservadores. É como se “a poucos se desse muito e a muitos se desse pouco”. Nesse contexto, organiza-se um discurso de amplo alcance, que se utiliza das mídias tradicionais (e adicionamos aqui, digitais) para difundir uma espécie de pânico moral na sociedade brasileira. Conforme analisa Bento,

“O medo tem sido um recurso historicamente utilizado pelas direitas para produzir adesões. Nas disputas pelo poder político institucional, há outro dispositivo discursivo acionado pelas

¹⁹ Enquanto candidato à presidência da República, Jair Bolsonaro atribuía a defesa dos Direitos Humanos a uma “ideologia de esquerda”, prometeu deixar o Conselho de Direitos Humanos da ONU se eleito, afirmou que considera um “desserviço” ao país que o Estado disponibilize recursos para movimentos em defesa dos direitos humanos. Enquanto deputado, ele postou em seu Twitter uma foto na qual se lê que os direitos humanos são o “esterco da vagabundagem” (Martins & Peron, 2018).

direitas: o da eficácia. No poder institucional exigem-se níveis de conhecimentos técnicos que apenas aqueles/as que estudaram possuem. Nada fascina mais o imaginário social do que a crença de que um empresário bem-sucedido irá colocar seus conhecimentos de gestão a serviço do Estado. Ou, ainda, quando os tecnoburocratas são convocados para explicar (o verbo é sempre “explicar”) que os dados da Previdência Social não fecham, sendo a Reforma o único caminho para nos salvar do precipício. A GloboNews²⁰ tem sido um dos lugares privilegiados em transfigurar questões políticas em técnicas” (2018).

Bento (2018) completa seu raciocínio afirmando que a “politização do privado produz níveis de instabilidade emocional vivenciados com angústia e medo. Nada é mais dramático do que a luta de valores no âmbito da família”. Para a autora, a tentativa de silenciar vozes dissonantes dentro desse espaço muitas vezes é feito por meio de violência, o que gera uma profunda crise ética. “Estes sentimentos, vazios politicamente, são preenchidos de sentido por movimentos como a TFP²¹, nos anos de 1960 e, atualmente, pela Escola sem Partido e pelo MBL²²” (BENTO, 2018). Encontramos, novamente aqui, o discurso do “outro” (qualquer outro) como uma ameaça, seja ela clara ou ainda não revelada, motivo pelo qual a solidariedade passa a ser “percebida como uma armadilha traiçoeira para os ingênuos, crédulos, tolos e levianos”, especialmente “uma solidariedade empenhada de tipo juramentada ou pactuada” (BAUMAN, 2018, p. 95).

Por conseguinte, fugir da “armadilha” da solidariedade torna-se a atitude “racional” a se tomar: “Na moeda agora em circulação a solidariedade não paga. Em vez de ser um ativo confiável, inclina-se morbidamente para o passivo. A bolsa de valores da “política da vida” desvaloriza o “capital social” (...) ao mesmo tempo em que valoriza a auto-referência, o egoísmo e uma propensão social à autoafirmação.” (BAUMAN, 2018, p. 95).

É nesse contexto que qualquer direito duramente conquistado pelas minorias nas últimas décadas passa a ser contestado e visto como ameaça no período mais recente, uma vez que,

“(...) todo sucesso do ser humano ou do grupo humano pode ser percebido como mais um caso ofensivo e exasperador da minha própria privação – e, deste modo, somar-se ao estoque das minhas queixas. Na sociedade individualizada, a competição pelos benefícios universalmente desejados, e ainda por cima em falta, só pode ser sentida como um jogo de

²⁰ Canal da televisão paga que transmite notícias durante todo o dia, vinculado à Rede Globo de Televisão.

²¹ A TFP, ou Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade, se define em sua página na internet como uma “entidade cívica, cultural e filantrópica, de inspiração católica, fundada por Plínio Corrêa de Oliveira em 1960.” <https://www.tfp.org.br>

²² Ou Movimento Brasil Livre, iniciado em meados de 2014. Conforme Araldi, “A origem do MBL está ligada ao Estudantes pela Liberdade (EPL), uma organização estudantil sustentada com recursos de *think-tanks* estadunidenses, como a *Atlas Research Economic Foundation*, relacionada aos conglomerados do petróleo dos Estados Unidos, bem como a *Students For Liberty* (SFL), sua fundadora norte-americana. Ou seja, a EPL, que deu origem ao MBL, é a representante brasileira da SFL. De acordo com reportagem da Agência Pública de Jornalismo Investigativo, o grupo surge como uma alternativa de financiamento para fomentar ideologias de interesse de grupos empresariais e defender os interesses de empresas estadunidenses no Brasil” (2017, p. 2).

soma zero. O sucesso de todos é percebido como minha derrota e parece diminuir minhas chances já magras de ‘subir na vida’. Fica-se então tentado a abandonar a ideia de percepção de ‘privação relativa’²³ em favor da percepção de sua forma universal. O efeito colateral da percepção de ‘universalidade’ da privação é, entretanto, a sensação de que a privação não tem cura: o que quer que eu faça dentro do reino da ‘política da vida’, ela não vai acabar. Está fadada a continuar a ser o meu destino não negociável, enquanto minhas ações concebíveis permanecerem confinadas no interior desse reino.” (BAUMAN, 2018, p. 96)

Sem solidariedade, a retórica da criação dos direitos humanos não mais se sustenta, uma vez que o indivíduo deixa de sentir empatia e, pelo contrário, passa a ver o “outro” como opositor. Desse forma, os ataques aos direitos dos grupos mais vulneráveis acabam por representar o início do desmantelamento do tecido de proteção social brasileiro, cujo escopo é a Constituição de 1988. Manter a cis-hetorenormatividade²⁴ e os padrões de família patriarcal burguesa permitem a manutenção das relações de poder como estão, sendo que, não à toa, as escolas tornaram-se campo de disputa para evitar desvios do pensamento hegemônico.

Conclusão

A história das mudanças sociais é muito mais dinâmica e cheia de nuances e complexidades do que podemos mapear. O conjunto de pesquisas e trabalhos sobre gênero e sexualidades, compreendidos como uma seara fundamental dos Direitos Humanos são hoje incontáveis mundo afora. Também são incontáveis os momentos de retrocesso. Em 2019, conforme argumentamos, passamos por um momento de grandes retrocessos e de enfrentamentos, parecendo que muitos dos direitos conquistados historicamente pelas minorias sociais estão ameaçados.

Esse contexto de instabilidade política está permeado pelas formas de comunicação do mundo atual, a respeito das quais ainda temos pouca noção dos desdobramentos dos (ab)usos de ferramentas como as mídias digitais ou, mesmo, dos discursos da mídia tradicional, quando alinhada a interesses políticos relacionados ao mercado e à defesa do capitalismo. Ainda assim, é preciso lembrar que tais

²³ Conforme Bauman, a ideia de “privação relativa”, implica na compreensão de que “não são o volume e a severidade absolutos, ‘objetivos’, das privações sofridas que determinam a dissensão e o descontentamento e a dissensão dos sofrendores, levando finalmente a protestos e rebeliões, mas o volume de desvio e intensidade das privações que eles são obrigados a suportar em relação ao padrão de distribuição de privações entre os diferentes setores da sociedade – o padrão tacitamente aceito como “normal” e, portanto, legítimo.” (2018, p. 91-92).

²⁴ Conforme Mattos & Cidade, cis-heteronormatividade diz respeito à “(...) perspectiva que tem a matriz heterossexual como base das relações de parentesco e a matriz cisgênera como organizadora das designações compulsórias e experiências das identidades de gênero; ambas produzindo efeitos que são naturalizados em nossa cultura, a partir da constituição de uma noção de normalidade em detrimento da condição de anormalidade, produzindo a abjeção e ocultamento de experiências transgressoras e subalternas” (2016, p 134).

discursos são produzidos no interior de uma mesma sociedade, logo, também encontramos nela espaços para a crítica e a resistência.

Se por um lado, o avanço das pautas dos movimentos sociais, em especial feminista e LGBT, fez com que se ganhasse espaço nas ruas, casas e discursos sociais, houve uma reação do lado conservador que busca reconquistar os espaços que entendem por “perdidos” (BENTO, 2018). Sobre o momento atual, Pinheiro-Machado e Mury Scalco (2018) argumentam que é difícil falarmos apenas em uma “virada conservadora”. Para as autoras, “esperança e ódio não são – e nunca foram – categorias excludentes, mas coabitam ganhando maior ou menor espaço conforme o contexto.” (p. 13).

O que nos parece peculiar, apenas, é que essas disputas que antes se davam em arenas mais ou menos estabelecidas, como os pleitos eleitorais e debates em espaços públicos como escolas, universidades, associações de moradores e moradoras, etc., hoje permeiam também, e talvez até mais intensamente, os meios de comunicação tradicionais e digitais, num processo ainda em fazimento e sobre o qual precisamos cada vez mais nos debruçar analiticamente para não sucumbirmos à desesperança.

Referências

ARALDI, Lucas. O antipetismo no Brasil – um breve resumo. *Anais, Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul* – Caxias do Sul – RS, 2017. <http://portalintercom.org.br/anais/sul2017/resumos/R55-0466-1.pdf>

BALIEIRO, Fernando de Figueiredo. “Não se meta com meus filhos”: a construção do pânico moral da criança sob ameaça. *Cadernos Pagu*, (53), 2018. <https://dx.doi.org/10.1590/18094449201800530006>

BAUMAN, Zygmunt. *Retrotopia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BENTO, Berenice. Quando o medo se transforma em ação política. *Justificando*. 2018. <http://www.justificando.com/2018/05/09/quando-o-medo-se-transforma-em-acao-politica/>

BERCOVICI, Gilberto. MP 881/2019, direito constitucional e direito econômico. In: *Seminário Nacional Estado Social e Liberdade Econômica: os vícios jurídicos da MP 881*. São Paulo: Faculdade de Direito, USP, 12 ago. 2019. <https://www.youtube.com/watch?v=kYBc09dP0B4>

BRUM, Eliane. (2018). Bolsonaro e a autoverdade. **El país**, online, 16 jul. 2018. https://brasil.elpais.com/brasil/2018/07/16/politica/1531751001_113905.html

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COHEN, Stanley. **Folk devils and moral panics**. London: MacGibbon & Kee, 1972.

DELMAZO, Caroline, & VALENTE, Jonas C. L. Fake news nas redes sociais online: propagação e reações à desinformação em busca de cliques. **Media & Jornalismo**, 18(32), 2018, 155-169. http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2183-54622018000100012&lng=pt&tlng=pt.

DESLANDES, Keila. **Formação de professores e Direitos Humanos: construindo escolas promotoras da igualdade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

FERNANDES, Felipe Bruno Martins. *Estado, sexualidade e educação: a questão do kit anti-homofobia* (parte 1). SC: **Grupo de Diversidade Sexual da UDESC**, 2011a. http://www.youtube.com/watch?v=_P3Rn0tfttg&list=PL7309D62FFAB43733

FERNANDES, Felipe Bruno Martins. *Estado, sexualidade e educação: a questão do kit anti-homofobia* (Parte 8). SC: **Grupo de Diversidade Sexual da UDESC**, 2011b. <http://www.youtube.com/watch?v=ejtdZfUpW2M&list=PL7309D62FFAB43733>

FERREIRA, Paula. Escola sem Partido anuncia suspensão de atividades, e criador do movimento desabafa: 'Esperávamos apoio de Bolsonaro'. **O Globo**, online, 18 jul. 2019. <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/escola-sem-partido-anuncia-suspensao-de-atividades-criador-do-movimento-desabafa-esperavamos-apoio-de-bolsonaro-23817368>

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo, Loyola, 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: Frigotto, G. (Org.). **Escola "sem" Partido. Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: LPP/UERJ, 2017, p. 17-34.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. "Ideologia de gênero": a gênese de uma categoria política reacionária - ou: a promoção dos Direitos Humanos se tornou uma "ameaça à família natural"? In: Ribeiro, P. R.

C., Magalhães, J. C. **Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade**. Rio Grande: Ed. da FURG, 2017.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da "ideologia de gênero": a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Revista Psicologia Política**, 18(43), 2018, 449-502. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300004&lng=pt&tlng=pt.

MAINARDI, Diogo. & SABINO, Mario. Apresentação do site. **Antagonista**, 2019. <https://www.oantagonista.com/sobre/>

MARTINS, Luísa, PERON, Isadora. Bolsonaro está equivocado sobre direitos humanos, diz procurador. **Valor Econômico**, São Paulo, 18 out. 2018. <https://www.valor.com.br/politica/5934943/bolsonaro-esta-equivocado-sobre-direitos-humanos-diz-procurador>

MATTOS, Amana Rocha, CIDADE, Maria Luiza Rovaris. (2016). Para pensar a cisheteronormatividade na psicologia: lições tomadas do transfeminismo. *Periódicus - Revista de estudos indisciplinados em gêneros e sexualidades*, 5(1), 132-153. <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/viewFile/17181/11338>

MATTOS, Amana Rocha. (2018). Discursos ultraconservadores e o truque da "ideologia de gênero": gênero e sexualidades em disputa na educação. **Revista Psicologia Política**, 18(43), 573-586. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300009&lng=pt&tlng=pt.

MEMBÉ, Achille. **Necropolítica**. Arte & Ensaios, Rio de Janeiro, 2016, p. 123-151.

MISKOLCI, Richard. Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. **Cadernos Pagu**, (28), 2007, 101-128. <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332007000100006>

OLIVEIRA JÚNIOR, Isaias Batista de, & MAIO, Eliane. “Não vai ser permitido a nenhum órgão do governo fazer propaganda de opções sexuais”: o discurso inaugural no “desagendamento” do kit gay do MEC. **Revista e-Curriculum**, 15(1), 2017, 125-152. <https://doi.org/10.23925/1809-3876.2017v15i1p125-152>

OLIVEIRA KALIL, Isabela. *Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro*, **Relatório de Pesquisa, Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo**, 2018. <https://isabelakalil.files.wordpress.com/2019/08/relatc3b3rio-para-site-fespsp.pdf>

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. New York: Organização das Nações Unidas, 1948.

PASSARINHO, Nathalia. Dilma Roussef manda suspender kit anti-homofobia, diz ministro. **Portal G1**: 25 mai. 2011. <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2011/05/dilma-rousseff-manda-suspender-kit-anti-homofobia-diz-ministro.html>

PINHEIRO-MACHADO, Rosana, MURY SCALCO, Lucia. Da esperança ao Ódio: Juventude, Política e Pobreza do Lulismo ao Bolsonarismo. **Cadernos IHU Ideias (UNISINOS)**, 16, 2018, 3-15. <http://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/ideias/278cadernosihuideias.pdf>

QUADROS, Marcos Paulo dos Reis, MADEIRA, Rafael Machado. Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil. **Opinião Pública**, 24(3), 2018, 486-522. <https://dx.doi.org/10.1590/1807-01912018243486>

RIOS, Roger Raupp, RESADORI, Alice Hertzog. Gênero e seus/suas detratores/as: "ideologia de gênero" e violações de direitos humanos. **Revista Psicologia Política**, 18(43), 2018, 622-636. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300012&lng=pt&tlng=pt.

RUBIN, Gayle. Thinking Sex: notes for a radical theory of politics of sexuality. *In*: VANCE, Carole S. **Pleasure and danger: exploring female sexuality**. Boston: Routledge&Kegan Paul, 1984, p. 267-319.

SOARES, Jussara, GULLINO, Daniel. 'Ideologia de gênero é coisa do capeta' e 'leis existem para proteger maiorias', diz Bolsonaro. **O Globo**, Rio de Janeiro, 10 ago. 2019. <https://oglobo.globo.com/sociedade/ideologia-de-genero-coisa-do-capeta-leis-existem-para-proteger-maiorias-diz-bolsonaro-23868960>

Schultz, Adriane, Velasco, Clara. É #FAKE que Haddad disse que criança vira propriedade do Estado aos 5 anos e pode ter seu gênero escolhido. **O Globo**, Rio de Janeiro, 2018.

<https://oglobo.globo.com/fato-ou-fake/e-fake-que-haddad-disse-que-crianca-vira-propriedade-do-estado-aos-5-anos-pode-ter-seu-genero-escolhido-23120056>

TORRES, Ton. O fenômeno dos memes. **Ciência e Cultura**, 68(3), 2016, 60-61. <https://dx.doi.org/10.21800/2317-66602016000300018>

VENCATO, Anna Paula. Gênero e sexualidades em tempos instáveis: mídias digitais, identificações e conflitos. **ETD - Educação Temática Digital**, 19(4), 2017, 808-823. <https://doi.org/10.20396/etd.v19i4.8646384>

VENCATO, Anna Paula, SILVA, Rafaela Lacerda da, ALVARENGA, Rodrigo Lessa. A educação e o presente instável: repercussões da categoria "ideologia de gênero" na construção do respeito às diferenças. **Revista Psicologia Política**, 18(43), 2018, 587-598. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300010&lng=pt&tlng=pt.

Anna Paula Vencato - Professora Adjunta da Faculdade de Educação (FaE) da UFMG. Doutora em Antropologia pelo PPGSA/UFRJ, mestre em Antropologia Social pelo PPGAS/UFSC e licenciada em Pedagogia pela FAED/UNESC. Coordenadora do Grupo de Pesquisa "Gênero, sexualidades, socialidades e subjetivações" (UFMG). Pesquisadora Associada do "Quereres - Núcleo de Pesquisa em Diferenças, Direitos Humanos e Saúde" (UNIFESP) e do "Transgressões- Gênero, Sexualidades, Corpos e Mídias contemporâneas" (UNESP). Temas de pesquisa: gênero, sexualidades, diferenças, direitos sexuais, mídias digitais e crossdressing. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0542304469914856>. ORCID iD <https://orcid.org/0000-0001-6602-2948>. E-mail: apvencato@ufmg.br.

Regina Stela Corrêa Vieira - Professora da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC). Doutora, Mestre e Graduada em Direito pela Universidade de São Paulo (FDUSP). Membro do Grupo de Pesquisa Trabalho e Capital (USP) e do Núcleo Direito e Democracia do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). Temas de pesquisa: Direito do Trabalho e da Seguridade Social, estudos de gênero e cuidado. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4740801827964310>. ORCID iD <https://orcid.org/0000-0002-4407-4867>. E-mail: regina.vieira@unoesc.edu.br

